



RELATÓRIO e CONTAS

EXERCÍCIO DE 2016

INDICE

Capítulo:	Pág
Índice.....	1
Identificação da Instituição.....	2
Órgãos Sociais.....	3
Relatório de Gestão:	
Introdução	4
Organização Interna.....	5
Prejuízos Operacionais.....	5
Execução Orçamental	6/7
Informação/Económica/Financeira	5/6
Abordagem das Contas.....	7/8
Análise dos Gastos	9/11
Análise dos Rendimentos	11/12
Análise dos Resultados	13
Conclusão	13
Proposta para Distribuição do Resultado	14
Considerações Finais.....	14



1- Identificação da Entidade

1.1 Designação

A Instituição adota o nome de CENTRO PAROQUIAL – Casa da Sagrada Família de Penafiel, fundada em 09 de dezembro de 1948.

1.2 Sede

Rua Direita, nº. 87, na cidade de Penafiel.

1.3 Natureza da atividade

É uma Instituição constituída na Ordem Jurídica Canónica, com o objetivo de prestar ajuda à comunidade com carências sociais sempre orientada pelos princípios da doutrina e moral cristã.

A Instituição tem personalidade jurídica civil e está reconhecida como Instituição Privada de Solidariedade Social, (IPSS), desde 15 de junho de 1984, por despacho da mesma da Direção da Segurança Social, com novos Estatutos aprovados pelo Episcopado do Porto em 30 de setembro de 2016.

Em conformidade com as naturezas que lhe provem, a Instituição presta serviço de apoio à 1ª. e 2ª. Infância e apoio escolar, através das Valências da Creche, Pré. Escolar e CATL.

1.4 Desde outubro de 2015, funciona a Sala de Estudo para apoio aos utentes do CATL.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ORGÃOS SOCIAIS – Quadriénio de 2016 a 2019

DIREÇÃO:

Presidente

Pe. Paulo Jorge Barbosa da Rocha

Vice-Presidente

Manuel Vieira Lopes

Secretária

Sandra Cristina Cerqueira Santos

Tesoureira

Hermínia Fausta Ribeiro Coelho Mesquita

Vogal

Luís Tadeu Pimenta Carvalho

CONSELHO FISCAL:

Presidente

António Ferreira de Oliveira e Silva

1.º Secretário

Joaquim José Teixeira Alves

2.º Secretário

Domingos Moreira

Nota: - Órgãos Sociais homologados pelo Paço Episcopal do

Porto em 18 de janeiro de 2016



RELATÓRIO DE GESTÃO

0 - Introdução

Para os devidos efeitos legais e estatutários a Direção do **CENTRO PAROQUIAL - Casa da Sagrada de Penafiel**, apresenta o Relatório e Contas do exercício de 2016, e submete ao Parecer do Conselho Fiscal para posterior remessa ao Ordinário do Lugar conforme determina aa alínea b) do número 1. do Artigo 19º. (Competências da Direção) dos Estatutos da Instituição.

Este Relatório representa assim, a continuação de um ciclo que tem por objetivo a promoção da missão da Instituição num contexto social particularmente delicado que, naturalmente coloca desafios diferentes em cada ano, num tempo de forte austeridade que permanece no nosso País desde meados de 2011.

Cabe aqui repetir que a delicada situação social que se continua a viver em todo o mundo e também em Portugal, aumenta a responsabilidade das IPSS Portuguesas em cumprir, de forma mais eficiente e eficaz, a sua missão. Neste contexto, as IPSS envolvidas, devem reunir as condições mínimas para responder a esse aumento de responsabilidade, não obstante as dificuldades trazidas pela conjuntura da crise instalada.

Este conjunto de documentos procura relatar a posição económica/financeira da Instituição constituído pelo **Balanço, Investimentos e Demonstrações Financeiras** exigidas pelas diretivas do SNC/ESNL, acompanhadas de várias informações técnicas de modo a tornar mais simples a sua interpretação.

1 – Órgãos Sociais:

Conforme o disposto no ponto 4 do art.º 5º do Decreto-Lei nº. 172-A/2015 de 14 de novembro, a instituição alterou em tempo útil, os seus estatutos Já aprovados pelos órgãos de tutela, nomeadamente: Paço Episcopal e Centro Regional de Segurança Social.

Não querendo correr riscos, a instituição dentro dos prazos exigidos alterou os seus estatutos submetendo-o à aprovação de Sua Excelência Reverendíssimo Senhor Bispo do Porto, DOM ANTÓNIO FRANCISCO DOS SANTOS, tendo merecido sua aprovação conforme certificado do BISPADO DO PORTO de 30 de setembro de 2015.

2 - Organização interna

Podemos afirmar que o funcionamento da instituição se pautou dentro dos parâmetros globais que estabelecemos como objetivo para o exercício de 2016. De salientar nesta matéria e desde já o papel ativo e colaborante de todos os funcionários da instituição, com especial relevo para a atitude de empenho, zelo e dedicação evidenciada pelas Chefias de Serviços e restantes funcionários, a quem a Direção reconhecidamente agradece.

3 – Os prejuízos operacionais

Preocupada com a sustentabilidade da instituição no médio e longo prazo ao longo do ano de 2016, mais uma vez a Direção dedicou especial atenção à contenção de gastos para evitar prejuízos resultantes das atividades operacionais da instituição (*serviços prestados nas valências da Creche, Pré-escolar, CAT e Sala de Estudo*). Todavia, ainda não foi possível, neste exercício económico inverter a tendência para o défice de exploração, nem sequer ter sido possível reduzi-lo minimamente, mesmo com a adoção de medidas ao longo do exercício que tiveram sempre presente a redução de gastos e a salvaguarda da manutenção ou melhoria da qualidade dos serviços prestados aos utentes. A falta de comparticipação S. Social a trinta e cinco utentes na valência da Nova Creche, continua a criar dificuldades de tesouraria. Esperamos que o próximo exercício de 2017, possamos contar com esse reforço financeiro.

Mantemos o nosso propósito de envidar todos os esforços para que se atinja o equilíbrio de exploração nos anos futuros, embora sempre condicionados à esperança de ser atribuída a compensação prometida pela S. Social. Se tal não vier a acontecer será muito difícil de atingir num curto prazo esse objetivo pois irão prevalecer problemas de fundo, de ordem financeira, que nos obrigará ao recurso de aumentar as mensalidades dos utentes que, a não ser possível, não permitirá ir tão longe quanto desejaríamos, pelo que, temos hoje ainda mais consciência das dificuldades que teremos em atingir esse objetivo estratégico sem que sejam realizados projetos para rendimentos complementares.

4 – Execução Orçamental

Cumpramos finalmente, assinalar com inteiro agrado, o nível de execução e cumprimento do Orçamento para 2016, uma vez que os desvios resultaram numa diminuição global e comparativa, entre os Proveitos e os Custos, de apenas 247.61 € demonstrada por rubricas conforme quadro abaixo.

Mapa comparativo entre Previsão Orçamental/Execução (Exercício de 2016)

Rúbricas	Previsão	Execução	Difª.
Custos:			
Custo Mat. Sub. e Consumo	75.000,00	75.151,94	151,94
FSExternos	95.000,00	101.540,92	6.540,92
Gastos c/Pessoal	498.000,00	524.286,09	26.286,09
Depreciações	20.000,00	14.327,00	-5.673,00
Outros gastos	11.000,00	12.178,83	1.178,83
soma dos custos....	699.000,00	727.484,78	28.484,78
Proveitos:			
Prestação de Serviços	264.000,00	285.354,00	21.354,00
Comparticipação ISS	350.000,00	368.482,52	18.482,52
Juros e outros similares	50.000,00	41.737,85	-8.262,15
Outros rendimentos	5.000,00	2.158,02	-2.841,98
soma dos proveito:	669.000,00	697.732,39	28.732,39
Resulta de exploração....	-30.000,00	-29.752,39	247,61

Nota:-Tendo em conta o rigor e a base de trabalho realista na elaboração do orçamento, estes resultados só foram possíveis na medida em que ao longo do ano foram mantidas as medidas, anteriormente implementadas, de racionalização e rigor no controlo de gastos, sempre tendo presente o respeito pelos valores orçamentados, bem como uma postura ativa de busca de melhoria dos proveitos. Realce-se, aqui como em todos os outros procedimentos levados a cabo, a atitude construtiva e colaborante de todos os trabalhadores da instituição, com ou sem funções de chefia.

5 – Informação Económica e financeira

A Direção, dando cumprimento ao legal e estatutariamente estabelecido presta a seguinte informação referente ao exercício que findou em 31 de Dezembro de 2016, contida nos seguintes instrumentos de gestão:

- Balanço;
- Investimentos;
- Demonstração de Custos e Proveitos, e
- Resultados.

De forma resumida, apresentamos seguidamente alguns mapas de análises que se desenvolvem e explicam a evolução das componentes económico-financeiras, tornando assim mais fácil a sua interpretação.

Balço comparativo em 31 de dezembro de 2016/2015

Rúbricas	2016	2015	Variação 2016/15		% Estrutura	
			Valor	%		
ATIVO						
41	Inventimentos Financeiros	488 €	488 €	0 €	0%	0%
43	Ativos Tangíveis	452.417 €	423.530 €	28.887 €	6%	40%
44	Ativos Intangíveis	2.192 €	0 €	2.192 €	0%	0%
33	Inventários	0 €	0 €	0 €	0%	0%
21	Clientes-Utentes	898 €	1.690 €	-792 €	-88%	0%
23	Adiantamentos a Pessoal	374 €	0 €	374 €	0%	0%
24	Estado e outros Entes Publicos	0 €	0 €	0 €	0%	0%
27	Outros Devedores	234.875 €	231.756 €	3.119 €	1%	22%
28	Diferimentos	2.876 €	3.402 €	-526 €	-18%	0%
11+12+13	Caixa e Bancos	345.947 €	386.256 €	-40.309 €	-12%	37%
	Soma do Ativo....	1.040.067 €	1.047.122 €	-7.055 €	-1%	100%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO						
51	Fundo Social	40.601 €	40.601 €	0 €	0%	4%
56	Resultados Transitados	919.136 €	942.738 €	-23.602 €	-3%	99%
81	Resultado do periodo	-29.752 €	-23.602 €	-6.150 €	21%	-3%
	Soma Capital Próprio....	929.984 €	959.736 €	-29.752 €	-3%	100%
Passivo						
22	Fornecedores	8.525 €	5.679 €	2.847 €	33%	1%
24	Estado e outros Entes Publicos	12.621 €	12.936 €	-316 €	-3%	1%
27	Outros Conta a Receber/Pagar	88.936 €	68.771 €	20.166 €	23%	9%
	Soma Passivo....	110.083 €	87.386 €	22.697 €	21%	11%
	Soma Capital + Passivo....	1.040.067 €	1.047.122 €	-7.055 €	-1%	100%

5.1 – Abordagem das contas (apenas as mais significativas)

Contas do Ativo:

C/11, 12 e 13:- Caixa e Bancos: - Os seus valores refletem os meios financeiros disponíveis em 31 de dezembro de 2016, assim distribuídos:

Em Caixa.....	436 €
Em Deposito à Ordem.....	15.511 €
Em Depósitos a Prazo.....	330.000 €
	345.947 €

Verifica-se uma diminuição de saldo em 40.309 € relativamente a 2015, verbas resgatadas das contas de Dep. Prazo para suprir necessidade de tesouraria por via do último pagamento das obras efetuadas no edifício da sede habitações alugadas.

C/21, 27 e 28:- Representa a dívida de terceiros constituída, na sua maior parte, pela FIP (Fábrica da Igreja de Penafiel) 230.000 €.

Os valores restantes que constam do balanço já se encontram regularizados com exceção de 1.280 €, considerados incobráveis e, por isso, considerados neste exercício como um custo.

C/41-42-43 Propriedade de investimento e Ativos Tangíveis:- Regista um aumento líquido no valor de 45.405,76 €, sujeitos a depreciação nos termos da Lei, referente a pequenas obras de beneficiação e reparação efetuadas no edifício onde operam as diversas valências, casas arrendadas e aquisição e reparação, de equipamento de funcionamento, conforme se explica no mapa abaixo:

Alteração nos Ativos (Exercício de 2016/2016)

Descrição	Movimento de ativos fixos			Depreciações			valor Líquido
	31-12-2015	Adições	31-12-2016	31-12-2015	Adições	31-12-2016	
Investimentos financeiros							
4151-em títulos	99,76	0,00	99,76	0,00	0,00	0,00	99,76
4158-FRSS	388,43	0,00	388,43	0,00	0,00	0,00	388,43
Subtotal...	488,19	0,00	488,19	0,00	0,00	0,00	488,19
Propriedades de Investimento:							
4211-Em Terrenos	14.205,76	0,00	14.205,76	0,00	0	0,00	14.205,76
4221-Edifícios Habitacionais	383.131,65	0,00	383.131,65	383.131,65	0,00	383.131,65	0,00
4222-Obras em habitações	14.205,69	1.512,90	15.718,59	2.286,40	1.572,00	3.858,40	11.860,19
Subtotal...	411.543,10	1.512,90	413.056,00	385.418,05	1.572,00	386.990,05	24.553,05
Ativos fixos tangíveis							
43321-Edifícios - Equipamentos	680.846,31	0,00	680.846,31	346.999,12	3.420,00	350.419,12	330.427,19
43322-Obras em equipamentos	72.025,87	29.318,20	101.344,07	24.065,96	4.200,00	28.265,96	73.078,11
43324-Arruamentos e Recreios	3.768,90	4.612,50	8.565,90	376,90	377,00	753,90	7.812,00
4333-Equipamento básico	92.308,23	4.166,28	96.474,51	83.740,00	1.630,00	85.554,50	10.920,01
4334-Equipamento de transporte	21.850,71	0,00	21.850,71	20.941,35	182,00	21.305,22	545,49
4335-Equipamento administrativo	51.574,74	2.507,89	54.082,63	48.664,90	1.850,00	50.514,90	3.567,73
4337-Outros ativos tangíveis	19.451,50	0,00	19.451,50	19.451,50	0,00	19.451,50	0,00
Subtotal...	941.826,26	40.604,87	982.615,63	544.239,73	11.659,00	556.265,10	426.350,53
Ativos Intangíveis							
4431-Diversos	2.906,85	3.287,99	6.194,84	2.906,85	1.096,00	4.002,85	2.191,99
Sub. Total	2.906,85	3.287,99	6.194,84	2.906,85	1.096,00	4.002,85	2.191,99
Total,,,,,,	1.356.764,40	45.405,76	1.402.354,66	932.564,63	14.327,00	947.258,00	455.096,66

Passivo:

C/22 – Fornecedores: - Totaliza os créditos de fornecedores em 31 de dezembro, totalmente pagos em janeiro de 2016, cumprindo, portanto, os prazos de pagamento acordados, a 30 dias de fatura.

C/24 - Sector Público Administrativo: – Refere-se à retenção na fonte feita a funcionários nos vencimentos de dezembro de 2016, e a independentes/empresários, para IRS e TSU (Retenção+ parte patronal). Os valores evidenciados já foram entregues ao Estado em Janeiro de 2016.

C/27-28 – Credores diversos:- Da verba expressa nesta rubrica, 83.375 €, refere-se exclusivamente ao valor de encargos com o pessoal referente ao vencimento do mês de férias, Subsídio de Férias, TSU (p/patronal) e seguros a liquidar em Junho de 2017, relativos a 2016. Refira-se que a taxa social única (TSU) em 2016, aumentou em .04%, nos termos da Lei, passando de 21.6% para 22%.

5.2 - Valores Capital Próprio e Passivos:**Capital Próprio:**

C/56 - Resultados Transitados: – Agrupa os valores acumulados do Resultados Líquidos apurados nos exercícios económicos anteriores.

6 – Análise dos Gastos:

A situação económica da Instituição, no exercício de 2016 apresenta uma evolução em termos de custos que reflete, a nosso ver, o normal desenvolvimento das suas atividades influenciada negativamente, pelo constrangimento provocado pelas medidas de austeridade implementadas no país, e com o aumento de gastos de consumo com 35 utentes da creche sem participação do IGFSS, e ainda com gastos com o pessoal, por via do aumento do quadro do pessoal imposto pela CRSS.

Quadro da Contas:

Conta	Rúbricas	Variação 2015/14				%
		2016	2015	Valor	%	
61	Custo Produtos Consumidos	75.152 €	77.351 €	-2.199 €	-2,9%	11,3%
62	For. Serv. Externos	101.541 €	82.217 €	19.323 €	19,0%	12,0%
63	Gastos com o Pessoal	524.286 €	497.222 €	27.064 €	5,2%	72,9%
64	Depreciação e amortizações	14.327 €	14.351 €	-24 €	-0,2%	2,1%
68	Custos e perdas Financeiros	12.179 €	11.278 €	901 €	7,4%	1,7%
Total dos Custos		729.501 €	682.419 €	45.066 €	6,2%	100,0%

Analisando a variação dos Gastos globais de 2016, comparados com o mesmo período de 2015, verifica-se um aumento cerca de 6.1%, equivalente a 45.066 €, sendo a rubrica do pessoal a mais contribuiu para essa situação, por motivo como, já se disse, do aumento do quadro do pessoal, por exigência do CRSS.

Verificou-se uma pequena diminuição nas rubricas 61 e 64.

Refira-se, por último que, por imperativo legal, a doação do Banco Alimentar de géneros alimentares, passou a ser obrigatória a sua contabilização, tendo agravado a rubrica de Custos das MVC. Em cerca 12.861 €, verba contrabalançada, pelo mesmo valor numa conta de Proveitos, o que, por isso, torna o seu peso financeiro nulo.

No quadro abaixo desdobra-se os custos com FSE e com o Pessoal.

Quadro das Contas

Nº.	Conta Nome	Exercício		Desvio	%
		2016	2015		
Forn. Serv. Externos:					
622	Fornecimentos e Serviços	38.584	24.147	14.437	38,0%
623	Materiais	6.525	8.126	-1.601	6,4%
624	Energia e Flúidos	24.271	20.747	3.524	23,9%
625	Transportes	15.725	19.398	-3.673	15,5%
626	Serviços Diversos	16.435	9.796	6.639	16,2%
	Soma....	101.540	82.217	19.326	100,0%
Custos Com o Pessoal:					
632	Remunerações a Pessoal	425.191	404.830	20.361	81,1%
635	Encargos s/Remunerações	93.861	86.948	6.913	17,9%
636	Seguros	4.574	4.842	-268	0,9%
637	Gastos A. Social	660	0	0	0,1%
	Soma....	524.286	497.221	27.006	100,0%

Os gastos com o pessoal, por aplicação do ACT, representam os compromissos contratualizados com os funcionários que integram a estrutura do quadro do pessoal, preenchido segundo as exigências do CRSS, tendo em conta o n. de utentes em cada Valência.

Quadro do Pessoal em 31-12-2016

Categ/Prof.	Afetação/Setor				
	QT.	Creche	Pr'-Esc	CATL	Comuns
Do quadro:					
Cordenador Admint+TOC	1				1
Diretora Técnica	1				1
Encarregada Geral-Sgerais	1				1
Educadoras	7	4	3		
Professora Primária.	1			1	
Aj. Educação	14	9	3	2	
Assist. Administrativo	1				1
Cozinheira	2				2
TA-Serv- Gerais	5				5
Estagiarias-Professora	1			1	
Soma.....	34	13	6	4	11
Contratos a Prazo:					
Educadora	1			1	
Aux. Educação	2	1	1		
Soma.....	3	1	1	1	0
Estagiários:(IEFP)					
Educadoras	2		1	1	
Aux. De Educação	1			1	
Soma.....	3		1	2	
Total.....	40	13	6	4	11

Nota: a)3 Auxiliares de Educação com baixa prolongada.

b) 1-Auxiliar de educação com Licenç s/Vncimennto.

7 -Análise dos Proveitos

Os proveitos têm a sua maior expressão nas mensalidades cobradas aos utentes e subsídio à exploração atribuída pelo IGIF, nos termos dos acordos estabelecidos com, segundo a lotação nas diversas valências, donde resultou os seguintes valores:

Resumo por contas dos proveitos:

Conta	Rúbricas	Variação 2015/2014				
		2016	2015	Valor	%	% Estrutura
72	Prestações de Serviço	285.354 €	260.914 €	24.440 €	8,6%	40,9%
75	Comparticipações ISS	368.483 €	349.138 €	19.345 €	5,2%	52,8%
78	Prov. E Ganhos Financeiros	41.738 €	46.713 €	-4.975 €	-11,9%	6,0%
79	Prov. E Ganhos Extraordinários	2.158 €	2.052 €	106 €	4,9%	0,3%
Total dos Custos		697.732 €	658.817 €	38.915 €	5,6%	100,0%

Analisando a variação dos rendimentos na sua globalidade entre 2016 e 2015, verifica-se um aumento de 38.915 € em cerca de 5,6% como abaixo se desdobra:

C/72 - Em Prestações de Serviço: - Aumentou 24.440 €, Resultado das mensalidades cobradas aos 35 novos utentes da Nova Creche.

C/75 – Participações: - Totais recebidos 368483 €, dos seguintes organismos:
IGIF... 330.228 €, IEF... 24.014 € e Banco Alimentar ... 12.862 €
Donativos... 1.379 €.

Proveitos em mensalidades e Subsídio à Exploração-IGIF

c/acordo	s/acordo	Total	Mens.	S.Expl.	Total
60	21	81	109.820	127.637	237.457
70	5	75	91.859	146.311	238.170
40	21	61	43.872	49.205	93.077
Dot.Atípica	0	0	0	7.075	7.075
170	47	217	245.551	330.228	575.779

C/78 -Em Ganhos Financeiros: – Baixou 4.975 €, referente a menos IVA Restituído.

C/79 – Variação sem relevância

8 - Análise de Resultados

C/81 - Resultado Líquido do Período: – Revela a diferença entre os Proveitos e os Custos do exercício de 2016 € traduzindo um Resultado líquido negativo no período, de **-29.752.39 €**, superior ao verificado no exercício de 2015, consequência proveniente de quatro razões fundamentais:

i)- Aumento das despesas com admissão de pessoal, necessário ao funcionamento para dar funcionalidade ao novo polo na Valência da Creche;

*ii)- Falta da compensação do CRSS., aos 35 utentes da Nova Creche por atribuir : (250€*35*12=105 €)*

iii) – Resgate de 430.000 € das Contas a Prazo, para empréstimo à Fabrica da Igreja de Penafiel (200.000 €) e custo das obras de alargamento da Creche (230.000 €), com o conseqüente efeito negativo na cobrança de Juros, situação ainda agravado pela descida drástica nas taxas de juro aplicadas pelas instituições bancárias em Depósitos a Prazo.

iv)- Por contabilizar a comparticipação do IIEFP, de cerca de 6.000€ referente a verbas (propocionais ao tempo) de compartiicipação em salários de pessoal em situação de estágio de Programas de formação no âmbito do IIEFP, concluídos em 2017, data a partir do qual existe legitimidade do recebimento das verbas contratualizadas..

Com efeito, ajustando o Resultado Líquido negativo contabilístico do exercício do valor a receber do IIEFP, (6.000 €) que serão contabilizados no próximo exercício, obteremos um resultado de cerca de 23.000 €, muito idêntico ao exercício anterior. Ficamos com a perspectiva de estarem criadas as condições essenciais para futuros exercícios desafogados com o recebimento do reforço de 105.000 € da comparticipação do IGFSS na valência da Creche que, esperamos ver confirmado em 2017.

9- Conclusão:

Considerando o ano de 2016, o ano que se caracterizou, ainda, pelas limitações criadas pela conjuntura da crise, ainda sem crescimento de carácter económico-financeira que esperamos ver atenuada em 2017, nos países do Euro, particularmente

no nosso país, com forte possibilidade de agravar a estabilidade das Instituições, sobretudo para aquelas, como a nossa, cuja finalidade, como lhe compete por ser IPSS, prestar serviços aos mais necessitados, poderemos orgulharmo-nos, por um lado, de termos sabido gerir a instituição de modo a prestar um serviço à Comunidade sem quaisquer restrições, e por outro, apresentar as Contas de Gerência com o saldo embora negativo, permitindo à Direção encarar os próximos anos com alguma confiança.

10 - Proposta de distribuição de Resultados

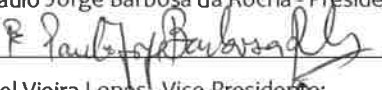
A Direção propõe que o Resultado do Exercício de 2016, representado por -29.752.39 €, seja transferido para a Conta de Resultados Transitados.

11 – Considerações Finais:

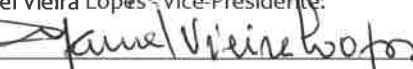
A Direção agradece o empenho e a colaboração dos restantes Órgãos Sociais bem como de todos os funcionários da Instituição, por terem contribuído de modo exemplar, e muito significativo, para o regular funcionamento da instituição.

A Direção:

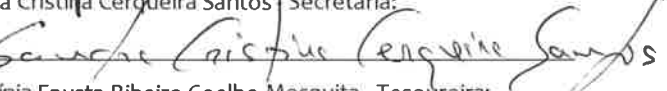
Pe. Paulo Jorge Barbosa da Rocha - Presidente:

a)  _____

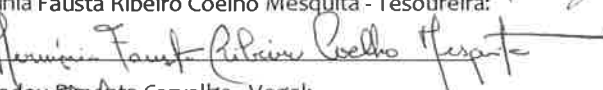
Manuel Vieira Lopes - Vice-Presidente:

a)  _____

Sandra Cristina Cerqueira Santos | Secretária:

a)  _____

Hermínia Fausta Ribeiro Coelho Mesquita - Tesoureira:

a)  _____

Luís Tadeu Pimenta Carvalho - Vogal:

a)  _____



**RELATÓRIO DO TOC
CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016**

De

Técnico Oficial de Contas

Para

Exma. Direção

O presente relatório é emitido tendo como objetivo, dar conta da atividade do Técnico Oficial de Contas e esclarecer os movimentos mais significativos do Exercício de 2016, de forma a facilitar a sua interpretação:

Assim, de entre outros executei os seguintes procedimentos:

- 1) Adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Instituição e que se divulga em documentos anexos;
- 2) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras que compreendem o **BALANÇO, INVESTIMENTO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**, elaborados de acordo com as normas instituídas pelo SNC/ESNL
- 3) Análise de informação financeira divulgada, tendo efetuado os teste que considerei oportunos em função dos valores envolvidos:
 - 3.1) Reconciliação das contas bancárias, efetuada entre os extratos bancários e os registos contabilísticos da Instituição;
 - 3.2) Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos e custos do exercício, com particular incidência no seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
 - 3.3) Em consequência do trabalho desenvolvido entendo ser de relatar o seguinte:
 - i) O suporte documental dos registos contabilísticos encontra-se devidamente organizado e permite salvaguardar a rapidez e segurança da sua comprovação;
 - ii) Assisti à contagem física dos fundos de caixa, tendo verificado a sua evolução no decorrer do exercício;

iii) Estas contas foram devidamente conferidas, e todas as obrigações com Estado foram satisfeitas.

3.4) Foram calculados os seguintes Acréscimos e Diferimentos:

i) Acréscimos de proveitos: Expressos os valores de juros de DP, a vencer em 2017.

ii) Custos diferidos, expressa as despesas pagas em 2016 relativas a 2017

iii) Acréscimos de custos: Os saldos expressos no Balanço, referem-se às remunerações a pessoal, a liquidar em 2017, relativas ao exercício de 2016, nomeadamente:

a)-Vencimento no mês de Férias

b)-Subsídio de Férias

c)-Contribuição à Segurança Social parte Patronal e Seguros

4. -CONTAS DE MATÉRIA PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO:

Analisei os procedimentos instituídos para a mais correta e possível determinação das quantidades físicas, sendo considerado o custo de aquisição para a determinação do seu valor.

5.-CONTAS DE IMOBILIZAÇÕES:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Aumentos:

As aquisições de imobilizado foram contabilizadas nas contas adequadas.

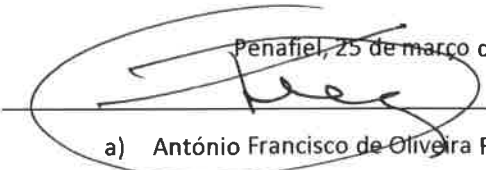
Depreciações:

As depreciações foram calculadas, tendo em conta as percentagens mínimas indicadas na TABELA A-II – Taxas genéricas, constante do Decreto Regulamentar nº. 25/2009 de 14 de setembro do Ministério das Finanças , Publicado no DR 1ª. Serie Nº. 178 de 14 de setembro de 2009.

6. – AGRADECIMENTO

Agradeço a colaboração prestada pela Ex.ma. Direção e a de todos os responsáveis da Instituição com quem me relacionei mais diretamente no exercício da minha função.

Penafiel, 25 de março de 2017


a) António Francisco de Oliveira Ferreira
(TOC Nº. 10456)

